

## A CULTURA BRASILEIRA NO IMAGINÁRIO FRANCÊS – DA INDEPENDÊNCIA AOS PRIMEIROS TEMPOS DA REPÚBLICA.

### THE BRAZILIAN CULTURE IN THE FRENCH IMAGINATION SINCE THE INDEPENDENCE UNTIL THE REPUBLIC AGE.

Monica Setuyo Okamoto.\*

**RESUMO:** Este artigo discute a imagem da cultura brasileira na França, em meados do século XIX e começo do XX, e o papel dos diplomatas, viajantes e literatos brasileiros e franceses que contribuíram, favoravelmente ou não, para a nossa representatividade no exterior. Foram muitas as tentativas dos brasileiros para criarem uma imagem positiva da nação que, no final do século XIX, era visto como um país retrógrado e degenerado pela mestiçagem. O texto dá ênfase à dualidade que sempre esteve presente na formação do caráter nacional: a busca da identidade e o vínculo com o modelo francês de civilização e cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura brasileira; identidade; diplomacia; raça; imaginário francês.

**ABSTRACT:** This article discusses the image of the Brazilian culture in France, in the middle of nineteenth century and the beginning of the twenty, and the role of the diplomats, Brazilian and French travelers and writers that had contributed, favorably or not, for our representation abroad. It were much attempts of the Brazilians to create a positive image of the nation that, in the end of nineteenth century, was seen as a retrograde and depraved country for the mestizo. The text gives emphasis to the duality that always was present in the formation of the national character: the search of the identity and the bond with the French model of civilization and culture.

**KEYWORDS:** Brazilian culture, identity, diplomacy, race, French imaginary.

#### Introdução

Este estudo objetiva analisar a representatividade do povo e da cultura brasileira no Velho Continente, em especial na França, durante os séculos XIX e início do XX, via diplomacia e literatura. Tem-se a intenção de buscar a compreensão da realidade da época e de avaliar o poder literário em assuntos públicos. É fato bem conhecido que a nossa cultura, ao mesmo tempo em que buscava uma identidade nacional, voltava o seu olhar para o modelo de civilização francesa, sobretudo após a Independência em 1822. Como um

---

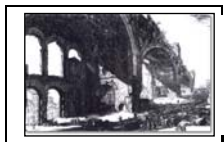
\* Mestre em Letras. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. (UNESP). Assis, Professor Assistente, [setuyo@uol.com.br](mailto:setuyo@uol.com.br).



ato quase simbólico de “liberdade”, os brasileiros aproximaram-se mais ainda das idéias liberais dos franceses, no intuito de se afastarem do passado colonial português. Na opinião de Leyla Perrone-Moisés (2001), essa influência francesa na cultura brasileira, que já vinha desde o fim do século XVIII, resultou numa “*secreta afinidade*” que permeou os discursos diplomáticos. Entretanto, a Missão Francesa de 1816 enfrentou dificuldades de aceitação pela população brasileira, que cultuava os princípios barrocos do período colonial. Esse embate de veneração e repulsão da influência francesa dentro da cultura brasileira tomou conta de quase todo o século XIX e se estendeu para as primeiras décadas do século seguinte. De acordo com Alberto da Costa e Silva (2002), o Itamaraty, ou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, foi um dos órgãos que se dividiu entre esses dois pólos desde a sua criação, em meados do século XIX. O poeta e diplomata Gonçalves de Magalhães foi um exemplo claro dessa dicotomia. Ele, juntamente com outros jovens brasileiros em Paris, publicou na França a Revista *Niterói* (1836), com a intenção de oficializar o movimento de simpatia pelo índio e sua contribuição para a formação do caráter nacional. Contudo, vale ressaltar que esses jovens escritores inspiraram-se nas impressões de viajantes franceses que estiveram no Brasil no início do século XIX.

A preocupação com a imagem do Brasil no exterior tornou-se concreta, entre os intelectuais brasileiros, após a proclamação da República em 1889. Nesse período, a cultura brasileira vivia um sonho idílico de transformar o Rio de Janeiro numa *petite Paris tropical*, por outro lado, política e economicamente, nós nos aproximávamos cada vez mais dos EUA.

A admiração cultural brasileira pelo modelo de civilização parisiense era unilateral. O Brasil era visto como um país impossibilitado de formar uma nação por ser um produto da miscigenação, o qual era associado à idéia de atraso e letargia. Cientistas europeus e americanos possuíam uma visão degradada de nosso país. Eles apontaram o clima e a abundância de recursos naturais como fatores da debilidade da população brasileira. Além do determinismo climático, também acreditavam que a miscigenação racial levaria a população brasileira a uma degenerescência genética. Assim sendo, tentamos imaginar os esforços efetivos dos nossos diplomatas para melhorarem a representatividade do povo brasileiro no exterior. Segundo Skidmore (1989), o Itamaraty trabalhou com cuidado essa

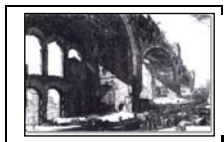


questão, chegando inclusive a enviar, para as missões no exterior, funcionários com características físicas próximas às dos europeus.

No passado, a elite brasileira procurou ressaltar a nacionalidade fazendo uma apologia dos aspectos naturais da nação: o índio, a natureza exuberante, a história. Figuras como Casimiro de Abreu e José de Alencar, por exemplo, cantaram em verso e prosa a coragem e a beleza de nossa raça e de nosso meio ambiente. No entanto, é fundamental lembrar que foram os franceses quem inicialmente descobriram os encantos tropicais. De Chateaubriand a Ferdinand Denis, os inauguradores do pré-romantismo franco-brasileiro, segundo Antonio Candido (1975), levaram uma imagem idílica de nossa terra e de nossos índios para o Velho Continente, ainda nas primeiras décadas do século XIX. Ironicamente, foram esses aspectos da raça e do meio brasileiro que se voltaram contra a nossa representatividade em meados do século XIX, com o surgimento das teorias raciais e deterministas, embora atenuadas pela idéia de branqueamento. Isto tudo parece mostrar que a diplomacia brasileira, da Primeira República, teve um árduo trabalho de reversão de valores raciais pré-concebidos, transformando inclusive a literatura num recurso valioso.

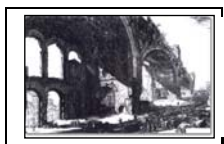
O diplomata e literato Graça Aranha foi um grande divulgador da tradição cultural e da realidade social brasileira da época na França, onde morou por mais de uma década. Sua visão pré-modernista possibilitou-lhe escrever o romance social *Canaã* (1902), no qual aborda o tema da imigração européia e retrata os distúrbios psicológicos, a perseguição étnica, o sentimento de exílio, entre outros fatos assinalados no comportamento dos imigrantes. O restante de suas obras literárias está também muito ligado às questões de ordem nacional. Como homem de seu tempo, ele acreditava que nossa nação precisava se livrar do estigma de país degenerado pela miscigenação, para, então, adquirir credibilidade e respeito junto às potências européia e americana. Essa era a meta de diversos diplomatas brasileiros como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Rui Branco que almejaram, em especial, no campo cultural, equiparar-se ao tão desejado refinamento francês. Entretanto, em missão na França (1910-1921), Graça Aranha buscou divulgar alguns traços peculiares de nossa cultura na Europa, valorizando símbolos nacionais, ao invés de negar o passado colonial e buscar inspiração no cultuado modelo francês.

## **O Brasil na visão dos visitantes estrangeiros no século XIX**



Durante quase um século, o Brasil, na condição de país exótico e desconhecido, recebeu inúmeros visitantes estrangeiros que foram responsáveis, direta e indiretamente, pela formação de nossa imagem lá fora e, aqui dentro, na formação do Romantismo brasileiro. Fora necessário o aval francês para que reconhecêssemos os encantos de nossa natureza (vista como fonte de emoções) e os valores de nossa tradição representados pelo “bom selvagem”. Um dos maiores simpatizantes do Brasil foi, sem dúvida, Ferdinand Denis que morou aqui entre 1817 a 1821. Denis desenvolveu a idéia de que o homem civilizado redescobre-se em contato com a natureza brasileira. Outro francês que esteve aqui de 1820 a 1823 foi Eugène de Monglave. Sua contribuição no imaginário francês sobre nossa cultura esteve ligada ao campo, principalmente, da tradução. Traduziu para o francês algumas obras brasileiras de tema indianista como *Marília de Dirceu* e *Caramuru*. No entanto, o pai de todos esses pré-românticos franco-brasileiros acabou sendo Chateaubriand. Incluímos nessa lista Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, representantes de nosso Romantismo, que também apresentam marcas do escritor francês Chateaubriand em suas obras indianistas. Os pré-românticos franco-brasileiros foram a mola-propulsora do Romantismo no Brasil e, graças a essa influência francesa, começamos a pensar em nossa autonomia literária e a procurar as bases de nossa origem. O Romantismo “foi episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, constituindo um aspecto do movimento de independência”. (CANDIDO, 1975, p. 303).

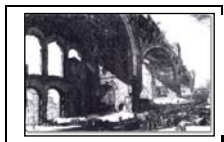
Infelizmente, não foram todos os visitantes estrangeiros que apreciaram os aspectos positivos de nossa terra e gente. Em meados da década de 1860, o conde Joseph Arthur de Gobineau, diplomata francês em missão no Rio de Janeiro, foi um de nossos piores propagandistas. Autor do polêmico *Essai sur l'Inégalité de Races Humaines* (1853), no qual prega a superioridade da “raça branca”, descreveu como *insuportável* a sua estada no Rio de Janeiro e que seu martírio fora atenuado graças à amizade com o imperador D. Pedro II, a única figura, a seu ver, *civilizada* e de aspecto físico *agradável* que ele conhecera no Brasil. De fato, D. Pedro II e o conde Gobineau trocaram correspondências durante quase doze anos após a partida do diplomata francês em 1870. Em suas cartas, ambos relembram, constantemente com muito saudosismo, as palestras aos domingos que eles costumavam realizar, durante a estada de Gobineau no Rio de Janeiro, e as discussões sobre os



problemas políticos e sociais que o Brasil enfrentava em torno das questões abolicionistas e de imigração européia, como demonstra um dos trechos da carta de D. Pedro II, endereçada a Gobineau e datada em 24 de fevereiro de 1879:

Minha vida, aqui, é bastante regular, mas o tempo não dá para fazer passeios pitorescos, como há tantos em Petrópolis, e sinto ainda mais do que no Rio a falta de uma palestra. Como me lembro de nossos domingos de São Cristóvão e quanta coisa teríamos a dizer sobre o que se passa na sociedade atual. (RAEDERS, 1938: p. 282).

Há sempre uma pequena nota nas correspondências desses dois homens com relação aos domingos de São Cristóvão, quando D. Pedro II podia discutir assuntos de “alto nível com um interlocutor à sua altura”. Por outro lado, o conde francês parece compreender a angústia de seu amigo e endossa a infeliz posição de um imperador tão culto e refinado num país de população “primitiva”. É certo que, em suas acaloradas discussões aos domingos, nem sempre a visão radical de Gobineau convencia o nosso imperador que, na medida do possível, sempre tentava ponderar a conversa. De acordo ou não com as idéias de Gobineau, é fato que D. Pedro II era bastante estimado pelo diplomata francês e que devido a essa ligação, o Brasil fora muitas vezes convidado para eventos e decisões internacionais. As duas viagens realizadas pelo imperador à Europa também estreitaram a amizade e, indiretamente, os laços entre a França e o Brasil. Naturalmente, apesar dos esforços por parte de Gobineau para oferecer ao amigo imperador uma recepção oficial em Paris, digna de um representante de alta estirpe, o Brasil, em meados da década de 1870, continuava sendo ignorado pelo Velho Mundo. Uma passagem que marca bem essa posição é quando um dos organizadores franceses, na recepção oferecida a D. Pedro II, percebe que não tinha idéia alguma do que fosse o hino nacional brasileiro que seria tocado no Palácio de Champs Elysée. Os responsáveis pelo evento procuram em todos os lugares de Paris pelo hino brasileiro, mas todos o desconhecem. Finalmente, conseguem as partituras

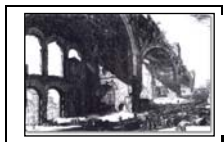


com muito custo e amenizam a impressão de total ignorância sobre os assuntos brasileiros por parte dos oficiais franceses.

É interessante notar que D. Pedro II contribuiu de uma certa maneira para divulgar positivamente o Brasil lá fora, usando sua imagem aristocrática, mas ao mesmo tempo também foi responsável por acentuar a idéia de que o nosso país continuava na lista de retardatários na grande corrida pela civilização e progresso. Ao chegar em Paris, D. Pedro exigiu que lhe trouxessem os artistas e os sábios que ele desejava conhecer, o que revela um certo desprestígio à nossa classe intelectual. Ele chegara a conhecer Victor Hugo, Alexandre Dumas, Wagner, dentre outras celebridades do mundo artístico europeu.

Não podemos nos esquecer também dos inúmeros viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, deixando suas impressões registradas em livros e pinturas. O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire (1836), que esteve no Brasil durante a primeira metade do século XIX, faz alguns elogios à natureza e à hospitalidade do povo brasileiro. Contudo, nem todos os visitantes foram generosos. A grande maioria deles, incluindo alguns famosos como Darwin, levaram como lembrança de nossa terra as piores imagens de uma civilização atrasada (como era de praxe eles designarem). Criticaram o mau gosto da arquitetura, do mobiliário, da decoração das casas brasileiras; a falta de instrução e a desorganização do Museu do Rio de Janeiro; a imundície da Santa Casa de Misericórdia; os maus hábitos e a péssima aparência das damas brasileiras; entre outros aspectos de nossa sociedade. Não negam o potencial de nosso país, a sua riqueza natural, mas lamentam que não seja explorado por uma nação *ativa e inteligente*. Por vezes, chegam a fazer uma tentativa de elogio ao Brasil, equiparando a cidade do Rio de Janeiro a algumas cidades européias, no entanto, logo retificam afirmando que *o povo que circula em seus quarteirões mui depressa destrói essa ilusão*. Reconhecem também a influência francesa na cultura brasileira, porém vista como cópia (e muito mal feita) de Paris. O único ponto aprazível é a rua do Ouvidor, a mais bela na opinião de todos os visitantes, e justificam logo em seguida que a beleza do local está relacionada com o fato de ser habitada exclusivamente por negociantes europeus, em sua maioria francesa (LEITÃO, 1934).

O olhar estrangeiro também registrou, com muito espanto e desdém, o grande número de negros e de mestiços no Brasil. Na visão deles, o negro contribuía para



degenerar a composição da população brasileira, mas eram favoráveis à miscigenação, contanto que fosse no sentido de branquear a população.

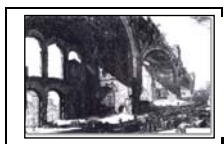
### **O desafio da miscigenação e a formação de um caráter nacional**

Os problemas raciais, ironicamente, acentuaram-se no Brasil com a abolição da escravidão em 1888. Antes desse período, a elite brasileira não estava tão preocupada com as questões étnicas. No entanto, no final do século XIX, o Brasil constituía-se de uma massa de mestiços, vistos como degenerados pelas potências ocidentais. Esse período também foi marcado por inúmeras teorias raciais que surgiram na Europa e nos Estados Unidos, as quais defendiam a tese da superioridade da raça branca, mais especificamente a raça ariana, o que muitas vezes se traduzia como sendo os povos de países nórdicos. Acreditavam também no determinismo do meio e da hereditariedade como fatores explicativos para a formação dos caracteres. O Brasil apresentava-se como um caso atípico de miscigenação racial, o que preocupava os nossos intelectuais da época. Por outro lado, a introdução dessas teorias raciais foi bastante conveniente para a mesma elite brasileira que demonstrava inquietação sobre o assunto. Primeiro porque os isentaram da responsabilidade pelo atraso social e econômico do país, ao culpá-los à miscigenação; e depois, por poderem incentivar a imigração européia, sanando assim a falta de mão-de-obra e contribuindo para o processo de “branqueamento” da população brasileira. (SKIDMORE, 1989).

A proposta brasileira para a solução de seu problema racial foi bastante original: o “branqueamento”. Essa saída não só contestava a teoria da degenerescência, mas também defendia a tese de que a miscigenação produzia uma população mestiça sadia que estava tornando-se, a cada geração, mais branca. Num esforço para acelerar o branqueamento, surge a proposta de uma política imigratória. Foi incentivada a entrada de imigrantes europeus e restringida a de asiáticos.

A *belle époque* carioca (1898 – 1914), na verdade, teve início durante a gestão de Campos Sales (1898-1902), quando se registrou um aumento da população urbana e uma sensível mudança no ambiente político, fato que acabou resvalando-se nos meios cultural e social da capital brasileira da época. Segundo Needell (1993), a sociedade carioca desejava

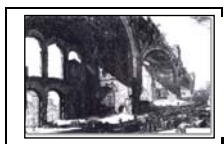




uma vida urbana elegante, longe das influências africanas que pertenciam ao passado colonial. Prova concreta disso foi a adoção da arquitetura parisiense nas construções de monumentos públicos, o surgimento dos Salões (local de contatos promovidos por importantes políticos, literatos, socialites) e da alta sociedade e, por fim, a produção de uma literatura de futilidades. O Brasil tenta aproximar-se culturalmente da França. A *intelligentzia* brasileira procura *status* entrando para a Academia Brasileira de Letras (réplica da Academia Francesa). Esse deslumbramento pela França não se restringiu nos elementos externos da sociedade brasileira do final do Império, ele abrangeu também os valores, as tradições, as bases de nossa cultura tentando encaixá-los forçosamente nos modelos europeus. A importação dos costumes franceses atingira inclusive as crianças brasileiras que foi uma espécie de iniciação à moda francesa e o pior, uma contribuição ao arianismo. (FREYRE, 1962). Tudo isso ocorrerá no período de transição do Brasil, quando nossa nação procurava se modernizar, o que na época era sinônimo também de europeização. As principais cidades brasileiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, foram as mais diretamente atingidas por esse processo.

Gilberto Freyre destaca as conseqüências desastrosas dessa substituição de produtos naturais de nossos trópicos pelos importados que não apresentavam nenhuma relação com a nossa realidade. Sendo as crianças quem mais sentiram essa inadequação dos novos tempos. O menino brasileiro que soltava pipa (um dos brinquedos mais típicos da cultura brasileira) pelas ruas do Rio de Janeiro e São Paulo no final do Segundo Império fora impedido de sua brincadeira predileta pelo impacto da eletricidade. Outro jogo lúdico dos meninos era apanhar passarinhos em arapucas ou com o uso do bodoque. Essa brincadeira quase fora extinta no Rio de Janeiro porque os pássaros nativos da região estavam sendo afugentados pelos pardais importados da Europa. Outras brincadeiras simples como subir em árvores dos quintais para comer frutas tropicais: manga, sapoti, cajá, entre outras, também sofreram transformações de paladar com a introdução de pêras, maçãs, pêsegos e morangos. Entretanto os meninos do interior ainda conservavam os brinquedos típicos, aqueles que eram produzidos com os elementos naturais da região: gaitas de canudos de mamão, pião de madeira, badoques improvisados. Já as meninas tiveram um impacto maior em suas formações por meio dos brinquedos. Suas bonecas, antes feitas de pano ou sabugos de milho, foram substituídas pelas de louça importadas da França que eram louras,





de olhos azuis, vestidos de seda e rosto carmim. Essas meninas aristocráticas cresceram idealizando o modelo de suas bonecas francesas, símbolo de beleza e elegância. Todas elas queriam ser também moças francesas quando crescessem. E de fato, ao crescerem embalando suas refinadas bonecas de cabelos louros, as moças brasileiras passavam a serem educadas à moda francesa. Estudar piano, falar francês, usar chapéus de plumas e punhos de renda eram alguns itens. A conseqüência mais grave de suas brincadeiras infantis fora, sem dúvida, a segregação social que essas damas sentiam pelo povo de sua própria terra, a distância social das que elas consideravam raças inferiores. Iaiá branca não concebia casamento com gente de cor.

Foi assim que nossa nação chegava ao final do século XIX, cheia de modismos e discriminação. Mais do que nunca, o Brasil procurava um caráter nacional, porém que se aproximasse da França e se afastasse do passado africano e colonial. Foram muitas as tentativas de reversão de nosso quadro social, todavia nossos pensadores, mergulhados na onda do determinismo e teorias que favoreciam culturalmente e economicamente o neo-imperialismo dos países ditos avançados, acabaram aceitando passivamente o título de nação atrasada e de cultura primitiva e inferior. Affonso Arinos de Mello Franco (1936) debate o conceito de civilização e cultura brasileira. Como homem de seu tempo, faz uma ampla exposição apontando a diferença entre o processo civilizador e o processo cultural e conclui que em culturas primitivas (como as da América Latina, Ásia e África) a capacidade *aquisitiva é limitada*, não deixando traços profundos na história e que sua cultura não tem extensão universal. Quanto aos temas indígenas e africanos de nossa arte e literatura, Mello Franco mostra-se cético às contribuições sociais de nossos escritores românticos. Para ele, não passaram de modismos que correspondiam ao ambiente do seu tempo.

Porque em tal ambiente, o índio e o negro apareciam como dois símbolos de tendências políticas: o índio, do nacionalismo; o negro, da abolição. Não havia, portanto, nenhuma necessidade de exatidão científica, nem de fundamento histórico, na apresentação dos dois tipos.

Podemos, mesmo, ir mais longe. O que havia era a necessidade de despojar as duas raças das peculiaridades individuais étnicas e históricas, que lhes dão realidade, para fundir

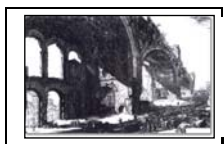


todos esses traços em duas figuras ideais, que pudessem ser apresentadas ao grande público como símbolos dos movimentos que se processavam.

Em outras palavras, notamos claramente a posição de Mello Franco que não admite nenhuma contribuição verdadeira (no sentido científico e histórico, na visão do autor) dessas manifestações literárias em nossa formação nacional. São, para ele, *tipos literários de raça*, figuras idealizadas e cópias do ideal cavaleiresco da raça branca, mas sem nenhuma base histórica ou científica que comprove a influência indígena no caráter nacional.

Não obstante essa visão radical, outra obra que discute a situação da formação nacional em torno da questão racial é *O Selvagem* (1935), de autoria do General Couto de Magalhães. O livro fora produzido por ordem do imperador D. Pedro II e nele se apresenta, como se fosse algo concreto, o fato de que o contato de uma *raça bárbara e uma raça civilizada* ocasiona ou o *exterminio da bárbara* ou a tentativa de *domesticar os selvagens*. Em outras palavras, as civilizações adiantadas que acumulam cultura e saber têm a obrigação de habilitar os selvagens, por meio do aprendizado da língua; para tal proeza faz-se necessário que nós, de cultura e civilização elevada, aprendamos a língua desses povos para depois iniciar a sua domesticação. O autor persiste na idéia de que a solução da população brasileira seria a mistura da raça européia e a raça indígena, tendo assim um tipo bastante característico que seria o *branco aclimatado pelo sangue indígena*. A importação do branco mostra-se essencial para civilizar a nossa nação, e ao índio, mesmo culturalmente inferior, ou melhor, com pouca cultura segundo o autor, caberia a missão de ser o precursor do branco no clima tropical, desbravando matas virgens, função a que o branco não está adaptado. Toda questão encontra-se assim resumida: povoar o Brasil seria trazer os imigrantes europeus, domesticar os selvagens e aproveitar a população mestiça de nosso país que se encontrava improdutiva e indolente.

Felizmente, alguns homens, poucos na realidade, à frente de seu tempo e acima das pseudoteorias científicas da época, conseguiram uma visão mais aprofundada, de longo alcance quanto a essas discussões. Dentre eles, o político Alberto Torres (1938) merece uma posição de destaque. Em sua obra *O problema nacional brasileiro* publicado inicialmente no *Jornal do Comércio* em 1912, Torres desbanca e aniquila as pretensões de superioridade da raça branca e critica os teóricos raciais. Em sua opinião, o problema brasileiro não está ligado à questão da raça, nosso território não criou uma base histórica para fundação da



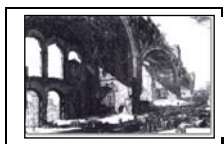
sociedade, portanto não teria condições de criar uma economia. Não existe indolência, o brasileiro é um povo trabalhador, afirma Torres, o que falta para solucionar os nossos problemas mais sérios são: “*a consolidação do caráter nacional, pela educação; a defesa de sua economia física, pela alimentação e pela higiene pessoal, doméstica e pública; a defesa de sua economia social, pela política econômica.*”<sup>1</sup> Quanto à influência mental da França na literatura brasileira, Alberto Torres lamenta a *lição negativista que herdamos* de nossas letras, as quais beberam na fonte francesa do romantismo e do realismo. O sonho do primeiro e a realidade nua e crua do segundo resultaram na descrença do ideal e a dúvida de nosso progresso.

### **O papel dos diplomatas e literatos brasileiros em torno da representatividade do Brasil na França**

Em meio a tal situação, era grande a preocupação do Itamaraty com relação à discriminação latina. Diplomatas brasileiros como Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Barão do Rio Branco, Graça Aranha, entre outros, lutaram para a construção de uma imagem positiva da nação brasileira. Sabe-se que a discriminação também atingia os asiáticos, o que constituiu um grande transtorno nas negociações entre o governo brasileiro e japonês nos assuntos imigratórios. Em suma, a elite brasileira dos primeiros tempos da República almejava promover a imagem do Brasil no exterior. Eles acreditavam que a solução estava em se afastarem completamente da herança colonial. As primeiras duas décadas do século XX foram de tentativas de inovações históricas e culturais. Tem-se o início da campanha para “civilizar” o Rio de Janeiro, no sentido de causar boa impressão em capitalistas e imigrantes estrangeiros. Os assessores do presidente Rodrigues Alves concluíram que a cidade precisava de um novo sistema de saneamento e mapeamento. A elite carioca não perdeu tempo em entrar no processo de civilização, negando o seu passado colonial e reforçando os novos valores importados da Europa.

A partir das duas primeiras décadas do século XX nasce um novo nacionalismo no Brasil que começa a questionar o determinismo imposto pelos europeus. O foco político e econômico brasileiro que sempre esteve ligado à Inglaterra, volta-se para os Estados Unidos, principalmente, pelos contatos diplomáticos do Barão do Rio Branco. O Brasil

<sup>1</sup> *Ibid* pp. 154.



espelhava-se no progresso econômico norte-americano que também fora uma colônia em seu passado e era uma nação jovem composta por estrangeiros. Mediante tantas mudanças, era inevitável uma revisão do conceito de nacionalidade brasileira. São lançados poemas, revistas e até manuais escolares em tom de propaganda nacional. Restava ainda a indefinição quanto ao caráter, à identidade nacional. Um problema que perdurava há um século, desde a época da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838. No entanto, sem dúvida alguma, se economicamente nós nos afastávamos da Inglaterra e nos aproximávamos dos EUA, culturalmente, a França continuava a ser para nós a grande vedete, apesar dos momentos oscilantes de maior e menor entusiasmo, ao longo de quase um século.

Devido à extensão do assunto, não nos ocuparemos neste trabalho de um levantamento minucioso, faremos apenas alguns apontamentos gerais da ação dos diplomatas brasileiros que, ora por ações públicas, ora por vias literárias, tentaram reafirmar o caráter nacional no exterior e criar uma imagem positiva do Brasil, sobretudo na cultuada Paris.

Ao retornarmos aos períodos do primeiro e segundo reinados no Brasil, notamos que as distinções entre história, literatura e diplomacia não se encontravam muito definidas nesse tempo. O poeta e diplomata Gonçalves de Magalhães foi um exemplo claro dessa época. Segundo alguns críticos, Gonçalves de Magalhães foi um historiador, sem deixar de ser poeta. Essa linha tênue entre esses três campos continuou nos primeiros tempos da República, quando muitos diplomatas brasileiros participavam ativamente da vida literária do país. Era freqüente encontrar nomes de diplomatas no corpo de colaboradores de revistas literárias e políticas brasileiras, ora defendendo a nacionalização da nossa literatura, ora ressaltando o orgulho com o nosso vínculo europeu. Ainda no final do século XIX e começo do XX, foram traduzidas e publicadas algumas antologias de literatura brasileira na França, em sua maioria, organizadas ou prefaciadas por diplomatas brasileiros. Para citar alguns exemplos, tivemos a *Anthologie des poètes brésiliens* (1912), com prefácio de Manuel de Oliveira Lima; *Anthologie française des écrivains brésiliens* (1914) com prefácio de Mário de Pimentel; *L'Amour est Dieu* (1874) de Joaquim Nabuco.

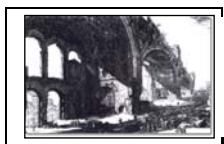
O próprio imperador D. Pedro II investiu numa diplomacia pessoal, especialmente nas duas últimas décadas de seu reinado. Empreendeu algumas viagens ao exterior que lhe



renderam prestígio pessoal tanto na Europa, quanto na América. Seus contatos com cientistas, escritores, diplomatas e membros das famílias reais européias renderam frutos ao Brasil, tirando-nos de nosso tradicional isolamento político e cultural. A prova disso foi a participação em congressos pan-americanos e o destaque no estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países da Ásia. Na opinião de Clodoaldo Bueno (2002) talvez tenha faltado um pouco de diretriz em nossa política externa no período de transição entre a Monarquia e a República, afetando, assim, nossos interesses. Em suma, o Brasil, ainda que muito modestamente, já conquistava no final do século XIX uma pequena presença, talvez não no palco, mas nos bastidores internacionais. A definição de nossos limites territoriais na primeira década do século XX também reafirmou a nossa imagem como nação. Chegamos em pé de igualdade na solução de problemas de limites geográficos com a França e impusemos o recuo da agressividade imperialista européia, graças à aproximação, cheios de ressalvas e cautela, com o governo norte-americano (tarefa realizada por Nabuco e Rio Branco).

No começo do século XX, a literatura brasileira contava com grandes nomes como: Machado de Assis, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, entre outros. No entanto, poucos tiveram reconhecimento internacional na época. Machado de Assis, por exemplo, foi descoberto e apreciado na Europa muito tempo depois. Por outro lado, nesse mesmo período, favorecidos pelo cargo público, que lhes proporcionava tempo e estabilidade; e pelo contato direto com *passeurs*; diplomatas brasileiros alcançaram reputação literária na Europa, especialmente, na França. Foi o caso de Graça Aranha que teve a sua obra *Canaã* (1902) traduzida e publicada em Paris no ano de 1910. Antes dele, Joaquim Nabuco, Manoel de Oliveira Lima, Mello Moraes Filho e Mário Pimentel Brandão também tentaram levar um pouco da cultura brasileira ao Velho Mundo. Outra figura de destaque no Itamaraty, que firmou seu nome, foi o Barão do Rio Branco. Suas atividades em Paris, entre 1884 e 1892, não se limitaram no campo das relações internacionais. Ele participou ativamente publicando obras relativas ao Brasil na França como: *Le Brésil à l'Exposition Internationale de St. Petersbourg* (1884); *D. Pedro II, Empereur du Brésil* (1889). Além de ter colaborado extensamente com a *Grande Encyclopédie*, de Levasseur.

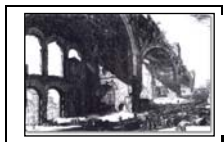
Retomando o caso da obra *Canaã* e sua acolhida em Paris, a tradução francesa da ficção de Graça Aranha, de acordo com Maria Helena Castro Azevedo (2002), feita por



Clément Gazet e prefaciada pelo conde Prozor, um diplomata russo amigo de Nabuco, teve um excelente respaldo na imprensa parisiense. A posição de diplomata, com boas relações na França, facilitou a recepção francesa. A extensão da publicação e da crítica positiva à obra, feita pelos franceses, fora certamente importante para a contribuição de nossa imagem e respeito literário. Naturalmente, seria ingênuo de nossa parte acreditar que o Brasil foi redescoberto pelo França após *Canaã*. Entretanto, mesmo que os elogios tenham sido pontuais, a obra trouxe um novo frescor e redirecionou temporariamente o olhar francês para o Brasil, depois de um longo período de esquecimento (desde a época dos pré-românticos franco-brasileiros, provavelmente).

### Conclusão

A supervalorização da cultura européia, sobretudo francesa, em detrimento da nossa, por representantes de nossa *intelligenza*, distanciava cada vez mais o fosso entre nós e a Europa. Enquanto os franceses cultuavam o índio, a natureza brasileira – símbolos de “cultura primitiva” na época -, os brasileiros idolatravam a literatura, a arte e a música francesa – símbolos de uma “cultura superior”, que apenas as “civilizações adiantadas” seriam capazes de produzir. Nossa desvantagem econômica fora justificada em termos raciais e ambientais, sem relações com as idéias liberais de igualdade francesa. Assim, diante deste complexo panorama histórico, o Brasil no imaginário francês sofreu momentos oscilantes, tal qual fora a imagem da França na cultura brasileira, do século XVIII ao XIX, obviamente, guardadas as devidas proporções. O esforço incansável de nossos diplomatas e literatos merecem crédito nessa conquista, pois bem ou mal todos eles tentaram consolidar o nosso caráter nacional e reverter a nossa imagem degradada de nação atrasada e “biologicamente contaminada” por “raças inferiores”. Do bom selvagem ao imigrante europeu, é certo que o Brasil permaneceu por muito tempo como uma cultura exótica de tradições pitorescas ao olhar francês.



## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista. Biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BUENO, Clodoaldo e CERVO, Luiz A. *história da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1975. p.279-303.
- FRANCO, Affonso A. de Mello. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- FREYRE, Gilberto. A República de 89 e a Ordem Social Brasileira, in *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p.85-134.
- HILAIRE, Auguste de Saint. *Segunda viagem ao interior do Brasil. Espírito Santo*. Tradução Carlos Madeira. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.
- LEITÃO, C. de Mello. *Visitantes do Primeiro Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- MAGALHÃES, G. Couto de. *O selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MOISÉS, Leyla Perrone. Galofilia e Galofobia na Cultura Brasileira, *Gragoatá*, N 11(2001), pp.41-59.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle époque tropical. Sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- RAEDERS, Georges. *D. Pedro II e o Conde de Gobineau. Correspondências inéditas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SCHWARCZ, Lia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p.9-12.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.





Travessias número 01 [revistatravessias@gmail.com](mailto:revistatravessias@gmail.com)  
Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte.

---

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.



Travessias número 01

---

## CARTA DE ACEITE



Travessias número 01 [revistatravessias@gmail.com](mailto:revistatravessias@gmail.com)  
Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte.

---

A Revista Travessias – Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte, informa que o trabalho: **A CULTURA BRASILEIRA NO IMAGINÁRIO FRANCÊS – DA INDEPENDÊNCIA AOS PRIMEIROS TEMPOS DA REPÚBLICA**. Enviado por **Monica Setuyo Okamoto** foi aceito para publicação na edição número 01 de dezembro de 2007.

**Dr. Acir Dias da Silva**

**Dra. Beatriz Helena Dal Molim**

**Editores**

**Cascavel, dezembro de 2007.**